

**Intervenção de Sua Excelência a Ministra da Ciência e
do Ensino Superior no Jantar da API**

Coimbra, 8 de Janeiro de 2004

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra

**Sr. Presidente da Comissão Executiva da Agência
Portuguesa para o Investimento**

Srs. Embaixadores

Srs. Deputados

Sr. Presidente da CCDR

Minhas Senhoras e meus senhores

As questões da educação e formação são estratégicas para o desenvolvimento do nosso país.

O diagnóstico nacional da situação a nível do Ensino Superior e Ciência está feito.

Estamos todos conscientes dos problemas:

- multiplicidade de cursos a formar licenciados com pouca empregabilidade
- falta de recursos humanos qualificados em áreas vitais para a nossa economia e para assegurar certos serviços de interesse público (como por exemplo saúde e a meteorologia)
- assimetria geográfica da distribuição dos nossos doutorados
- urgente necessidade de licenciados e doutorados em áreas tecnológicas
- desemprego científico e de doutores e desemprego de licenciados
- quase inexistência de técnicos intermédios qualificados
- altas taxas de abandono escolar
- investimento deficitário em Ciência. Tivemos fundos estruturais para a Ciência, mas os nossos indicadores na área de inovação, que têm um efeito determinante na produtividade, continuam baixos.

No entanto, o nosso investimento público em Ensino Superior está na média europeia.

E o investimento público em Ciência é de 0.6% do PIB, quando a Europa aponta para 1% do PIB em 2010.

Portanto, onde falhamos é na eficiência.

Não entendam estas palavras como uma crítica ao passado.

Os meus antecessores fizeram ao longo dos 29 anos de democracia um verdadeiro milagre.

Mas, neste momento, é preciso gastar melhor.

É preciso promover o investimento privado no Ensino Superior e na Ciência.

Para isso temos de passar à acção.

Temos de executar as reformas necessárias para que o sistema de ciência e ensino superior possa concorrer com os melhores.

Estamos a viver um **tempo de mudança** na Europa nos domínios da ciência e do ensino superior.

O contexto internacional é cada vez mais exigente e competitivo.

O processo de alargamento da União Europeia coloca-nos perante novos desafios aos quais não podemos deixar de dar resposta.

O que está em causa, na sequência da estratégia de Lisboa, é a Europa transformar-se na **Economia baseada no Conhecimento** mais competitiva do mundo até 2010.

O que está em causa é apostarmos decididamente na, **Investigação, Desenvolvimento, Inovação e Qualificação dos Portugueses.**

O **ensino superior** é hoje frequentado por cerca de 400.000 alunos, reflectindo a democratização da sociedade portuguesa e um notável desenvolvimento do sistema de ensino superior em Portugal.

O aumento do número de **instituições universitárias**, a emergência do **ensino politécnico público**, e o crescimento do **ensino superior particular**, cooperativo e concordatário são marcos a assinalar neste processo.

É fundamental, prosseguirmos no esforço de democratização do ensino superior mas é sobretudo decisivo e determinante apostarmos no **rigor** e responsabilidade da gestão, na **qualidade** e na exigência das Universidades e Politécnicos, no **reforço** da Acção Social Escolar e na **excelência** das instituições científicas.

Rigor e responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos, fazendo mais e melhor com os recursos financeiros que temos à nossa disposição. É um imperativo de natureza orçamental. Mas é sobretudo a aposta na exigência, no mérito e na boa administração.

Qualidade das Universidades e Politécnicos privilegiando o investimento em detrimento do funcionamento, sobretudo, ao nível dos recursos humanos. É no investimento de qualidade, mais do que nas despesas de funcionamento, que devemos concentrar o nosso esforço e a nossa prioridade.

Consolidação da Acção Social Escolar. Trata-se de reforçar o primado da justiça social e da igualdade de oportunidades tanto no acesso como no sucesso escolar.

Excelência nas instituições científicas, promovendo a inovação, incentivando a investigação em empresas e em consórcio destas com Universidades, Institutos Politécnicos e Centros de Investigação e Desenvolvimento, bem como a inserção de mestres e doutores no tecido produtivo.

Somos os primeiros a pedir rigor, exigência, qualidade e boa gestão. Mas somos e seremos também sempre os primeiros a dar o exemplo de não abrandar o investimento na formação dos nossos jovens, na qualificação das actuais e das futuras gerações.

Porque a mais valia do nosso País reside nos nossos jovens.

Minhas Senhoras e meus senhores

Estes são os **objectivos**.

Objectivos claros, exigentes e ambiciosos.

Objectivos sobretudo ditados por uma lógica qualitativa, mais do que por uma cultura de quantidade.

Para os concretizar, temos duas linhas orientadoras:

- A profunda reforma do Sistema de Ensino Superior que a implementação do Processo de Bolonha requer e
- A Promoção da Ciência e Inovação e a sua Internacionalização.

Serão assim nossas prioridades a curto prazo:

1. A implementação da Declaração de Bolonha, aproximando as instituições de Ensino Superior do tecido produtivo e da sociedade;

A) Até 2005 temos de promover:

- a definição do ciclo curto e do ciclo longo
- a organização dos cursos em sistema de créditos
- um sistema de avaliação e acreditação.

Estas medidas terão como resultados práticos:

- a saída num ciclo mais curto com empregabilidade
- uma grande mobilidade
- o recentrar dos institutos politécnicos no cerne do nosso sistema de Ensino Superior
- Em suma, uma grande oportunidade de ajustar o nosso sistema de ensino superior ao emprego, produção de riqueza e sua distribuição mais justa.

Também a requalificação da população activa e de licenciados desempregados é uma prioridade.

Apresentaremos um plano de acção de mobilidade interna (nacional) entre alunos, docentes, investigadores; geográfica; sistemas de ensino, não esquecendo a ligação ao mundo empresarial.

B) Além dos 2 ciclos de Bolonha, temos de desenvolver dois anos de ensino de vertente profissional em ambiente de ensino superior (especialmente

politécnico), sem as mesmas condições de acesso mas com mobilidade para os ciclos seguintes caso tenham condições de acesso.

Esta vertente profissional qualifica os portugueses, resolve o problema de diminuição do número de alunos e retira a pressão da nota de acesso de 9,5.

Este sistema é especialmente vocacionado para os institutos politécnicos, mas nada impede as Universidades de o desenvolverem.

Aliás, Já aprovámos experiências piloto na Universidade de Aveiro.

2. A modernização e desburocratização da administração e das instituições do Ensino Superior e simplificação da arquitectura legislativa;
3. O Incremento e modernização da Acção Social, para um ensino de qualidade para todos.

Acabámos de alterar o regulamento de atribuição de bolsas que permitirá que já este ano mais 5.715 novos estudantes beneficiem de bolsas de estudo pagas pelo Estado. É um aumento de cerca de 10%.

É mais um investimento na justiça social, na igualdade de oportunidades, aos jovens socialmente mais carenciados ou economicamente mais desfavorecidos.

Temos um plano para aumentar o número de camas em residências, os lugares sentados em cantinas até ...

4. A Implementação do Plano de Acção para o Ensino na área da saúde já anunciado pelo governo, plano que, pela primeira vez em décadas, enfrenta o problema da carência de médicos no nosso país e aposta numa solução, através de um aumento sustentado de vagas no Sistema Público e abertura do Ensino da Medicina ao Sector Privado.

É um plano que passa pelo:

- Aumento, de pelo menos, 100 vagas para o 1º ano das 5 licenciaturas da Universidade de Coimbra,

Lisboa, Nova de Lisboa e Porto já para o ano lectivo 2004-2005;

- Abertura, de pelo menos, 100 vagas a acesso ao curso de licenciatura em Medicina a licenciados em Medicina Dentária;

Esta abertura refere-se às mesmas Universidades. Este procedimento permite antecipar cerca de três anos o processo de formação de novos licenciados em Medicina, de modo a colmatar a falta de Médicos entre 2007-2009 que resulta da drástica redução de vagas nos primeiros anos da década de 80.

- Aumento de 39 vagas na Universidade da Beira Interior e de 50 na Universidade do Minho;
- Avaliar desde já de uma forma célere as propostas de criação de novos cursos de Medicina pelo sector Particular e Cooperativo.
- Lançar um concurso em conjunto com o Ministério da Saúde para parcerias Hospital Universitário - Ensino Superior de Medicina, parceria essa de raiz.

Neste âmbito, o projecto da Agência Portuguesa para o Investimento no sentido de instalar uma Clínica de

Excelência em Portugal parece-nos uma medida de aplaudir, reforçando a oferta portuguesa neste sector.

5. A Revisão dos Estatutos das Carreiras, promovendo a sua flexibilidade e mobilidade:

- Docente Universitário
- Docente Politécnico
- Investigador
- Bolseiro

6. A promoção da Inovação através da:

- reorganização das unidades de Investigação e Desenvolvimento, reorientação dos seus objectivos e forma de financiamento, criação de áreas prioritárias com impacto no crescimento económico e áreas de interesse público. Co-financiamento...
- modernização das Infra-estruturas Científicas, através, por exemplo, do reequipamento científico.

- incremento da valorização e qualificação dos recursos humanos avançados;

Vamos ter pela primeira vez em Portugal um concurso de Bolsas de Mestrado e Doutoramento completamente financiado pelo OE e vamos ter 1000 novas bolsas.

- promoção de inserção de Mestres e Doutores no tecido Produtivo;

A este propósito, anunciámos recentemente bolsas de doutoramento em ambiente empresarial.

- A criação de condições favoráveis ao investimento privado em I&D;

A decisão de que o nível global da despesa em inovação e I&D na União deverá ser aumentado a fim de se aproximar dos 3% do PIB até 2010, dois terços do mesmo devendo provir do sector privado, é um desígnio que coloca a tónica na Ciência, Investigação e Inovação, como motores de competitividade e crescimento.

Para concretizar este objectivo, são precisos mais **700 000 novos investigadores.**

- O incentivo à investigação em empresas e em consórcio destas com Universidades e Centros de Investigação e Desenvolvimento.

7. A promoção da cultura científica e de divulgação da Ciência que atraia cada vez mais os nossos jovens para as carreiras técnicas e científicas.

Temos de aumentar o número de licenciados, em geral, mas em especial o número de licenciados em Física, Matemática e Tecnologias.

É necessário o aumento do número de licenciados em matemática, ciências e tecnologias em pelo menos 15%, até 2010, de forma a dotar a Europa de um número adequado de especialistas nas diversas áreas científicas.

Temos de aumentar o número de doutores, não só para o sistema científico mas também para o mundo produtivo.

8. A internacionalização do sistema nacional de C&T e Ensino Superior

A internacionalização do sistema de C&T e ES é fundamental para o desenvolvimento do próprio sistema.

Assistimos a uma dinâmica crescente de abertura e convergência dos sistemas a nível mundial e fundamentalmente europeus, na busca pela qualidade, pela excelência, dos Espaços Europeus de Ciência e ES, o que constitui um desafio ao qual Portugal não pode nem deve ficar alheio.

O objectivo da Estratégia de Lisboa (Conselho de Lisboa, 2000) conducente à criação de uma verdadeira Economia e Sociedade baseadas no conhecimento é, definitivamente, um ponto-chave nesta evolução e atribui à C&T e ao ES uma responsabilidade, nunca antes tão claramente reconhecida, no que toca ao crescimento e competitividade.

O crescimento da sociedade do conhecimento depende, de facto, da produção de novos conhecimentos, da sua transmissão através da educação e da formação, da sua divulgação e da sua utilização em novos serviços e processos.

Estes são factores reiterados pelos Chefes de Estado e de Governo em diversas instâncias.

Desde tornar os sistemas de educação uma "referência mundial de qualidade" até 2010, passando pela evolução na transparência e pela compatibilidade entre os sistemas de ensino superior no Espaço Europeu de ensino superior coeso e coerente até 2010, assistimos à criação de um verdadeiro Espaço Europeu de ES, aliando o processo de Bolonha à estratégia da UE.

Na actual era da globalização e da interdependência, a resposta da Europa às necessidades emergentes em matéria de ensino superior e C&T não se poderá confinar exclusivamente às suas fronteiras geográficas, mesmo que em sentido lato.

Assim e, antes de mais, urge promover a atractibilidade das nossas instituições de ES e Ciência em relação a estudantes e cientistas de todo o mundo.

De facto, é fundamental ter em conta a importância de tornar o ensino superior europeu e a investigação europeia cada vez mais aliciantes para os estudantes e investigadores da Europa e do resto do mundo.

Caminhamos rapidamente para a necessidade básica da ligação em rede entre as instituições, se quiserem manter a sua excelência e competitividade, inclusive para a promoção de graus internacionais, como por exemplo o grau de Mestrado Europeu.

A mobilidade desempenha aqui um papel fundamental.

Por um lado, temos a mobilidade de investigadores, enquadrada no EEI, instrumento através do qual se poderão otimizar os resultados da investigação e o contributo consequente para o crescimento económico.

A UE está presentemente a desenvolver uma estratégia no sentido de minorar os obstáculos e barreiras à mobilidade dos investigadores e à busca da excelência científica,

incluindo a mobilidade inter-sectorial (entre o meio empresarial e o académico) e a mobilidade inter-regional, a fim de evitar a fuga de competências de regiões menos desenvolvidas.

Por outro lado, temos um Plano de Acção Europeu para as Competências e a Mobilidade que, apesar de abordar a mobilidade numa perspectiva do mercado de trabalho, contempla as questões da educação e formação e da investigação à luz do conceito de economia baseada no conhecimento, focando a ligação entre o meio académico e industrial de forma a colmatar as barreiras à mobilidade, a necessidade de adaptar os sistemas de ensino e de formação aos requisitos do mercado de trabalho, dinamizar a aprendizagem ao longo da vida e a aquisição de competências (em especial no domínio das tecnologias da informação e da comunicação - TIC) e melhorar os sistemas de reconhecimento de qualificações e competências.

Assim, quando me refiro à mobilidade, faço-o em sentido amplo: mobilidade de estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo; mobilidade na perspectiva individual, nacional, entre regiões, mas também

entre instituições, entre áreas do saber e entre sectores de actividade.

Um outro aspecto que gostaria de referir no que toca à internacionalização do sistema nacional de C&T e ES é a necessidade de dotar o nosso tecido científico e empresarial de meios e competências, para o preparar para os desafios crescentes dos Programas Europeus como o 6º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da UE e a recente iniciativa para o Crescimento, aprovada no Conselho Europeu de 12 de Dezembro.

Esta Acção abrange os investimentos tanto materiais como imateriais em dois grandes domínios: por um lado a infraestrutura das redes transeuropeias (RTE), nomeadamente nos sectores dos transportes, das telecomunicações e da energia e, por outro, a inovação e a I&D, incluindo as tecnologias do ambiente.

Trata-se de um importante passo na implementação da Agenda de Lisboa da UE com vista a aumentar a competitividade, o emprego e o potencial de crescimento da União alargada, através de um maior investimento tanto

no capital físico como no capital humano para complementar as reformas estruturais.

A iniciativa compreende o estabelecimento de um "programa de arranque rápido" e a constituição, em função de um rigoroso conjunto de critérios, de uma lista provisória de projectos de realização imediata.

É nesta conformidade que tudo faremos para colocar as equipas e empresas portuguesas em posições chave nos projectos de arranque rápido já identificados pela Comissão Europeia, nomeadamente em áreas como o Hidrogénio, os Lasers, as TIC, as Nanotecnologias, o Espaço e o GMES (Global Monitoring for the Environment and Security).

Diria, como conclusão, que a internacionalização do sistema nacional de C&T e ES é um meio essencial para fomentar a exigência e a busca de qualidade e excelência. É pois uma das grandes prioridades deste Ministério.

Neste contexto, a proposta da API para atrair e apoiar o estabelecimento em Portugal de uma universidade internacional reputada na área das tecnologias, faz todo o sentido.

Assim como a criação de uma Universidade Técnica que dê resposta aos défices de capital humano do país e esteja aberta a novos públicos.

Universidade que resultaria de uma parceria a estabelecer com uma prestigiada Universidade alemã.

Aliás, gostaria de aproveitar esta oportunidade para solicitar aos Senhores Embaixadores, nomeadamente ao Senhor Embaixador na República Federal Alemã, os seus bons ofícios para a concretização desta ideia.

Alguns dos **sectores-alvo** desta Universidade poderão ser:

- O sector da Saúde (indústria farmacêutica e indústria de equipamentos médicos)
- O sector da Electrónica
- O sector dos Serviços Internacionais
- O sector das Novas Tecnologias

Quanto aos **novos públicos**, é fundamental valorizar a população activa, não condenando à morte laboral e cultural três milhões de portugueses.

O sistema do ensino superior tem de mobilizar-se para atingir, pelo menos, 10% dessa população, através de projectos específicos, como o Campus tecnológico promovido pela API e a Universidade Técnica Portuguesa.

Obviamente para concretizar todos estes projectos, temos de investir, aproveitando as verbas comunitárias para estes fins.

Também a este nível temos de dar o exemplo, gerindo com eficácia os fundos estruturais.

A título de exemplo, o PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (POCTI) foi objecto de um enorme esforço de regularização, uma vez que foram detectadas anomalias que se verificavam desde 2000, data do início do programa.

Este **plano de regularização** permitiu o devido enquadramento de mais de 2000 projectos e o reforço das acções de acompanhamento e controlo, prevendo-se a sua conclusão durante o 1º semestre de 2004.

Na prática, foi este plano e nossa acção que permitiram o desbloqueamento do financiamento.

É assim possível garantir novamente os fundos estruturais ao serviço da Ciência e Inovação, que são para este Governo factores estruturantes de desenvolvimento do nosso País.

Assumindo essa mesma importância, o Orçamento de Estado para 2004 reforçou em 12,4% as verbas para a Ciência (total de 239,1 milhões de €) por comparação com o Orçamento em 2003.

Na verdade, as contrapartidas nacionais na área de Ciência são hoje superiores, quando comparadas com os anos anteriores, numa proporção de 63,3% de esforço nacional para 36,7% de esforço comunitário. Pela primeira vez, em 2004 o financiamento de bolsas de Formação Avançada é integralmente suportado pelo Orçamento de Estado.

No âmbito do processo de reprogramação intercalar do III QCA – Quadro Comunitário de Apoio, o POCTI viu, em Dezembro de 2003, o seu financiamento reforçado. Como sabem, a meio do período de execução dos programas operacionais, existe a possibilidade de reprogramar o financiamento e os objectivos dos programas através da Reserva de Eficiência e da Reserva de Programação.

A Reserva de Eficiência é concedida pela Comissão Europeia e a sua atribuição depende de índices relacionados com o grau de execução e de eficiência dos Programas.

A Reserva de Programação, proposta pelo Estado Membro e aprovada pela Comissão Europeia, constitui um elemento de flexibilidade do Quadro Comunitário de Apoio

e dos Programas Operacionais, destinado a aumentar a capacidade de adaptação e de resposta às incertezas decorrentes da dimensão temporal do período de programação.

Em Dezembro de 2003, através da Reserva de Eficiência, o orçamento do POCTI foi reforçado para o período de 2004-2006 em 22,412 milhões de €

No âmbito da Reserva de Programação, o Governo propôs à Comissão Europeia o reforço de 50 milhões de € para o POCTI para o período 2004 – 2006.

É minha convicção que só com uma **aposta profunda na qualificação** dos portugueses na ciência e inovação Portugal ganhará a batalha do desenvolvimento.

Só através de uma agenda **ambiciosa e reformista** conseguiremos alcançar a muito curto prazo os nossos objectivos e ultrapassar os desafios: maior crescimento económico, maior empregabilidade, mais riqueza e mais justiça social.

Só com um **ensino superior e um sistema científico e tecnológico de qualidade** podemos enfrentar os desafios da crescente competitividade internacional.

Só através da **criação e transmissão do conhecimento** poderemos vencer a batalha do desenvolvimento, da criação da riqueza e sua distribuição mais justa.

O ensino superior, a ciência, a tecnologia e a inovação são **ferramentas indispensáveis para a concretização destes objectivos.**

Vamos, com toda a certeza, utilizá-las para construir um projecto mobilizador para o futuro de Portugal.

Muito obrigada.